

Maternidade na adolescência: uma forma de integração social e/ou exclusão social

Filomena Gerardo

Introdução

A exclusão não designa um estado ou uma categoria de pessoas, mas processos. É de referir que existem maneiras de ser “incluído” ou “excluído”. A sociedade não é constituída de grupos concretos, justapostos aos quais “pertencem os indivíduos, mas populações que segundo as situações sociais e a sua história individual, escolhem ou encontram-se em situações de exclusão social. O que conduz a esta situação é a acumulação de “handicaps” sociais_ como famílias com fracos recursos financeiros e sociais, insucesso escolar, ausência de formação, desemprego_ são elementos estruturais que podem desencadear o processo de exclusão social.

A exclusão social é um processo biográfico que pode ser entendido através da compreensão das etapas do percurso do indivíduo que vai no sentido de se afastar cada

vez mais da integração económica (acesso ou retorno ao emprego) e a afiliação social (pertencas sociais e laços estabelecidos).

No âmbito deste estudo de “*ser-se mãe na adolescência*” a situação face à exclusão social é muito variável. Do ponto de vista da sociedade os adolescentes devem ter um percurso escolar de preferência longo, entrem no mercado de trabalho e depois constituam família. O facto de haver alteração nesta trajectória provoca um certo embaraço nas autoridades e na sociedade em geral que considera a maternidade precoce com um desvio social.

Segundo, o relatório da UNICEF o facto de se ser mãe com 15 anos não era obrigatoriamente sinal de exclusão social e de pobreza nas sociedades industrializadas dos anos 50. São as transformações sociais, culturais e demográficas actuais como a diminuição da fertilidade, aumento dos nascimentos fora do casamento, assim como o declínio da família mononuclear tradicional leva-nos a compreender porque é que a maternidade precoce está associada a um conjunto de riscos individuais: como o isolamento social e familiar, abandono escolar precoce e a de educar sozinha uma criança dependendo das ajudas sociais (UNICEF, 2002: 10)¹.

Se numa perspectiva de desvio social estas jovens encontram-se numa situação anómica em relação à sociedade, é esse mesmo desvio que pode constituir um impulso para uma reinserção social. Deste modo, pretende-se equacionar os impactos negativos e positivos em termos de exclusão e/ou inclusão social que a maternidade precoce traz à adolescente.

Esta investigação é comparativa e visa analisar a situação das mães adolescentes em Portugal e em França. As jovens que constituem a amostra ou estão institucionalizadas, ou vivem em casa dos pais com a criança ou vivem com o pai da criança, no entanto é importante referir que a grande maioria vive uma situação de monoparentalidade.

Neste processo de exclusão e/ou integração social o contexto residencial e familiar constituem factores determinantes neste processo. É pertinente referir que os próprios objectivos das instituições que apoiam estas jovens são determinantes para o processo de exclusão e/ ou inclusão social. Verifica-se que consoante as instituições invistam mais na inserção profissional e social da jovem ou no estabelecer de laços parentais a inserção social da jovem mãe não é idêntica.

1. Maternidade na adolescência como forma de exclusão social

a) Situação de exclusão social devido à perda de laços socio-familiares

Segundo Duarte Vilar, “ As jovens adolescentes oriundas de meios urbanos e desfavorecidos, que têm pouca segurança nelas e sós, procuram muitas vezes na sexualidade a ternura e o afecto que lhes falta em casa. E é neste contexto que surgem a maior parte das adolescentes grávidas que desejam a sua gravidez” (Vilar, 1991: 18)²

Parece ser um facto que, a gravidez adolescente e maternidade precoce estão presentes sobretudo, em contextos sociais mais desfavorecidos, onde as adolescentes estão perante situações familiares desestruturadas (violência doméstica, desemprego, pobreza, alcoolismo...). Esta pode em certos contextos e situação biográfica da jovem ser um factor que conduz à exclusão social da adolescente.

A falta de apoio familiar nestes contextos, implica que muitas jovens tentem encontrar compensações afectivas fora do seio da família, através de um namoro ou de um maior contacto com o grupo de pares. A maternidade pode surgir, muitas vezes, como um apelo à família para a sua valorização pessoal e a uma emancipação no seu contexto social e cultural.

¹ UNICEF, A League table of teenage births in rich nations, Innocenti Reprot card n°3, Innocenti Research centre, Florence, 2001.

² **VILAR, Duarte**, (1991) “ Falar disso...” Contributos para compreender a comunicação sobre sexualidade entre progenitores e adolescentes. Dissertação de Doutoramento em Sociologia sob a orientação Prof. José Manuel Paquete de Oliveira, ISCTE, Lisboa.

Não são apenas os factores de ordem física e biológica que podem induzir numa “predisposição” para a maternidade precoce, o contexto social tem um papel preponderante na formação da identidade, das expectativas individuais e deste modo nos comportamentos desta população.

A maternidade precoce exclui numa primeira instância porque do ponto de vista social a adolescência não é entendida como um momento de procriação e sobretudo na maior parte das situações é fora da conjugalidade. Pode-se considerar que é o desvio social que acentua a situação de exclusão social. E ainda os vários aspectos negativos são muitas vezes enunciados relativamente à maternidade precoce, que acentua o processo de exclusão social.

Deste modo, as consequências socio-económicas que as mães adolescentes têm de enfrentar são consideráveis. Elas são muito mais susceptíveis de ter um maior número de experiências negativas na idade adulta do que as outras mulheres. Os problemas são de ordem física e psíquica, assim como o isolamento social e familiar, mas também a pobreza. Segundo, determinados investigadores americanos, as mães adolescentes têm oito vezes mais probabilidade de ser mães sós.

Após a maternidade a jovem pode sofrer de isolamento social como explica Beatrice: *“De facto eu sempre trabalhei, e antes de trabalhar estava na escola, eu sempre tive relações com as pessoas. Antes quando estava com o meu filho, eu não via ninguém e eu sentia-me isolada. Eu sabia que era pelo meu filho mas de alguma forma eu não tinha mais vida social.”* (Beatrice, 19 anos mãe de uma criança de 2 anos, tem o 12º de escolaridade) A maternidade na adolescência é um factor de isolamento social, porque quando a jovem não tem uma estrutura familiar que lhe dê suporte, esta tem que ficar com a criança caso ela não tenha apoios para voltar a sua vida social e laboral. O abandono do mundo laboral e escolar conduz à quebra de laços sociais e institucionais, sem falar da falta de recursos financeiros que afasta cada vez mais a jovem de uma vida em sociedade.

A maternidade vem agravar a situação da jovem no sentido em que terá ou tem de abandonar o sistema escolar, não tendo recursos económicos fica dependente dos

familiares quando estes à apoiam. Contudo, a maternidade precoce pode ser motivo de ruptura familiar, conduzindo a jovem para uma situação de precaridade habitacional, dado que, foi expulsa de casa dos pais, criando uma situação de fragilidade afectiva e emocional.

A ausência de um dos cônjuges reduz a possibilidade de usufruir de apoio financeiro no seio familiar. Estas mães estão mais dependentes das ajudas e benefícios sociais, o que é sinónimo de precaridade e por vezes pobreza. As mães adolescentes têm habilitações escolares a baixo da média, o que aumenta consideravelmente o subemprego e risco de pobreza. Estes riscos são triplicados se a mãe adolescente viveu a experiência da pobreza durante a sua infância (Hobcraft e Kierman, 1999)³

O que desencadeia uma situação de precaridade é a perda do emprego como explica esta jovem *“O que aconteceu foi que o pai do meu filho perdeu o emprego um mês antes do parto e ficou também sem casa porque o apartamento onde morávamos era do patrão. Então eu fui para casa da minha mãe mas ela tem mais três filhos e um deles é bebé. Depois fui durante dois meses para casa de uma amiga, mas ela também tinha problemas estava-se a separar-se. Depois andei de casa em casa de amigos, ainda voltei para casa da minha mãe e depois fiz um pedido para ser acolhida num lar de emergência e daí para esta instituição.”* (Beatrice, 19 anos mãe de uma criança de 2 anos, tem o 12º de escolaridade) Após a perda de um emprego que rapidamente conduz à degradação das condições de vida como a falta de alojamento fez com que a jovem não tivesse um local para residir encontrando-se numa situação de exclusão habitacional, tendo que recorreu à uma instituição para excluídos que depois lhe forneceu a ajuda para ela ser acolhida numa instituição para mães.

Deste modo, a exclusão social corresponde a um processo⁴ que pode atingir de forma permanente ou temporária, várias camadas da população. Os indivíduos mais susceptíveis de viverem situações de exclusão social; são os jovens sem diplomas, os deficientes, os desempregados de longa duração, os imigrantes e em certos contextos pessoas que vivenciam um situação de ruptura conjugal. Neste caso preciso a jovem

³ HOBcraft e KIERMAN, (1999) “Childhood poverty, early motherhood and adult social exclusion, Case discussion paper n° 28, 1999, london School of economics.

⁴ PAUGAM, Serge (1996) Sous dir. “ L’exclusion sociale: l’état des savoirs”, ed. La découverte.

deparou-se com uma situação de ruptura conjugal e um deficiente apoio familiar tendo assim recorrido às ajudas sociais e a instituições de solidariedade social.

Segundo Robert Castel, l'exclusion ne peut se définir uniquement comme une non-intégration dans le travail, c'est aussi une non-insertion dans la sociabilité socio-familiale, une "dissociation du lien social", c'est à dire une désaffiliation." (Castel, 1991) A maternidade precoce pode provocar uma situação de ruptura conjugal, mas também uma redução dos apoios familiares, criando assim o sentimento de "désaffiliation" referida por Castel, isto é, a perda de laços em relação à família mais próxima, assim como em relação as instituições que permitem a integração social tais como: escola e emprego.

b) Situação de exclusão social da jovem mãe perante o trabalho

Na perspectiva do fenómeno da gravidez ser considerada como um factor de exclusão social, contribuindo ainda mais para a marginalização social das jovens já em situação de exclusão social. Segundo Luís Capucha a exclusão social não é apenas estar fora " da produção económica está associada a um conjunto vasto de outros domínios da vida em sociedade. Não se trata apenas de aceder a um determinado rendimento, elemento central na definição das condições de vida e de participação social nas sociedades modernas de consumo. Trata-se também de possuir as condições para estabelecer projectos de vida, construir um estatuto e uma identidade social, (...) manter uma relação normal com as instituições e os serviços colectivos (Capucha: 1998:61).⁵"

Deste modo, " a segregação social e espacial vem frequentemente em conjunto, e os modos de socialização negativa, de precariedade das condições de vida urbana, aprofundam as dimensões de pobreza e de exclusão social (Guerra, 2001:49).⁶" Uma das dimensões que provavelmente aumenta a exclusão social destas adolescentes é a maternidade. Embora adquirindo um estatuto valorizante (em certos casos) o de mãe, o ciclo de pobreza perpetua-se, visto que elas não têm qualificações profissionais, ou

⁵ CAPUCHA, L. (1998) Exclusão e mercados de trabalho paralelos, in Revista Emprego e Trabalho.

⁶ GUERRA, I (2001) "Intervenção face à exclusão social urbana: Luta inglória?", In Revista "*Cidades, Comunidades e Territórios*", Junho 2001.

trabalho que lhe permita alterar o ciclo de pobreza familiar. Do conjunto dos factores geradores de exclusão social, a situação perante o trabalho é, sem dúvida, decisivo, visto que o acesso ao emprego se relaciona com o acesso a uma renda susceptível de suprir as necessidades básicas da família, a um elemento central da formação das identidades e do prestígio social e, ainda, a redes de relacionamento social e de pertença institucional

Os trabalhadores pouco qualificados são mais vulneráveis às inserções laborais em situações precárias perante o trabalho. A esta situação estão os indivíduos pertencentes a grupos étnicos minoritários que frequentemente têm baixas qualificações a uma situação de ilegalidade. Nesta situação encontram-se grande parte das jovens mães que por diversas razões têm baixas qualificações, nenhuma formação profissional e por vezes são indocumentadas, quando não são portuguesas.

Em termos de perspectiva de inclusão no mercado de trabalho elas estão sujeitas a trabalhos precários, com situações de exclusão social, por parte das entidades empregadoras. Devido a serem mães sós, com dificuldades de guarda das crianças e com uma maior probabilidade de faltarem ao trabalho, estas podem ser excluídas de determinados empregos, onde preferem jovens sem filhos. “A monoparentalidade, principalmente quando atinge mulheres com poucas qualificações e sem apoios no cuidado dos filhos que permitam procurar trabalho, estando em crescimento, cria situações de maior vulnerabilidade à pobreza e de maior precarização das condições de vida. (Capucha, 1998: 228)⁷”

A criança torna-se um obstáculo quando a jovem pretende encontrar um emprego como o afirma a Caroline : « *Eu concorri para um emprego no A. (Hipermercado) quando eu lhes disse que tinha uma criança, eles não me aceitaram. Eles não me aceitaram, eu tinha tudo bem nos testes, a entrevista correu bem, tinha conseguido tudo e eles recusaram-me. Concorri para outro emprego noutra hipermercado foi a mesma coisa, eu estava em licença de parto, quando lhes disse que tinha uma criança, eles recusaram-me*”⁸ (Caroline 19 anos mãe de uma criança de 14 meses, tem o 9ºano) A

⁷ CAPUCHA, L. (1998) “Pobreza, exclusão social e marginalidades”, In Portugal, que modernidade? Org. José Manuel Leite Viegas, António Firmino da Costa, Oeiras Celta Editora.

⁸ Citação original em Francês

criança num contexto do mercado de trabalho torna-se uma dificuldade, ou até mesmo um impedimento para a inserção no mundo laboral. Aqui aquisição de um capital simbólico que é o estatuto de ser mãe não é valorizado pela entidade empregadora, mas pelo contrário, constitui um capital negativo para a jovem.

Ela argumenta ainda esta ideia dizendo : « *Eu penso que é porque se é uma jovem mãe que não podemos assumir a criança, que não conseguimos assumir a criança e o trabalho* ». (Caroline 19 anos mãe de uma criança de 14 meses, tem o 9ºano) Neste contexto a categoria social de ser-se jovem acrescentada à maternidade constitui uma dificuldade acrescida para a sua inserção profissional. Os empregos para os quais ela podia concorrer exigem uma grande disponibilidade de horários e como ela tem uma criança, associada à juventude pode ser um factor de exclusão social.

A junção entre a dimensão da juventude mais a dimensão maternidade enfatiza a dimensão da responsabilidade relacionada com a educação da criança, o que do ponto de vista da sociedade, estas são duas dimensões sociais que são opostas, dado que à dimensão social de juventude se associa a irresponsabilidade.

E associado à jovem mãe está a noção de mãe solteira por isso sem suporte para guardar a criança ou existem maiores dificuldades de guarda para a criança quando se não tem apoio familiar e sendo família monoparental com fracos recursos financeiros mais dificuldades se têm em termos de recursos para creches, amas e infantários. A Caroline acrescenta « *ainda por cima eles acham só porque eu sou jovem e mãe que sou mãe sozinha, mas até nem é verdade.* » (Caroline 19 anos mãe de uma criança de 14 meses, tem o 9ºano) Numa perspectiva de cúmulo de “handicaps” o que se constata é que face à posse de habilitações escolares baixas, à dificuldade de se inserir no mercado de trabalho existe a situação de monoparentalidade que constrange a jovem em termos de horários laborais diminuindo assim as suas possibilidade de integrar o mercado de trabalho.

c) Situação de exclusão social face à monoparentalidade

A mãe adolescente encontra-se na maior parte das vezes numa situação de monoparentalidade. A esta categoria sócio-familiar estão associadas vários aspectos negativos que podem conduzir e/ ou aumentar a situação de exclusão social, por vezes já existente.

O conceito de “família monoparental” é definido como sendo um núcleo familiar onde vive um pai ou uma mãe sós (sem cônjuge) e com um ou vários filhos solteiros. É aquando da utilização da categoria de “família monoparental” que surgem a sua relevância sociológica e uma visibilidade social e política. Em suma, o surgimento deste conceito, a categorização deste tipo de agregado familiar vem permitir compreender as condições de vida e as fragilidades deste tipo de famílias.

Face a uma situação de monoparentalidade uma questão se coloca: a de saber se o papel de mãe se pode tornar negativo quando se trata de uma situação de “mãe só” com fracos recursos e numa situação de possível exclusão social. Segundo Karin Wall, um dos percursos de mães solteiras é “o trajecto da jovem dependente acolhida em casa dos pais _ refere-se à chamada «mãe adolescente» que engravida acidentalmente. Por vezes ainda é estudante, ou já começou a trabalhar, mas ainda vive em casa dos pais.” (Wall, K., São José & Correia: 2002: 640).⁹

Neste contexto, a função materna pode ser estigmatizante devido pertencer ao grupo das famílias monoparentais. A estigmatização social segundo Erving Goffman “le mot de stigmatise servira donc à designer un attribut qui jette un discrédit profond. (Goffman, 1986:13)¹⁰ Um atributo constitui uma forma de estigmatização social quando este desacredita o indivíduo e o coloca numa situação de fraqueza e de “handicap” social. “ Se entre as mulheres com maiores recursos socioprofissionais a monoparentalidade, enquanto modo de organização familiar, pode ser muitas vezes uma opção, para as de menores recursos tende a ser vivida como um destino altamente estigmatizante e fragilizador na medida em que a uma imagem muitas vezes negativa se associam fortes constrangimentos no acesso a meios de vida autónomos, originados, por um lado, na

⁹ WALL, Karin, SÃO JOSÉ, J. CORREIA, Sônia (2002) “ Mães sós e cuidados às crianças” In Análise social, n.º 163, ICS, Lisboa.

¹⁰ GOFFMAN, E. (1986) « Stigmatise - les usages sociaux des handicaps », Les éditions de Minuit.

debilidade das qualificações e no funcionamento dos mercados de trabalho e por outro na pressão colocada pelas responsabilidades familiares (Capucha, 1998:221)¹¹.”

A monoparentalidade é um tipo de agregado de familiar associado a atributos socialmente desvalorizantes, o que implica a identificação desses atributos ao agregado familiar e dessa forma estigmatiza-o. Nesta condição a identidade de mãe é desvalorizante e não ajuda à construção do “eu”, de forma satisfatória. E quando a identidade estatutária é estigmatizante, a imagem que é reenviada de nós próprios não é reparadora de uma carência inicialmente existente. Pois, as jovens que recorrem à maternidade como forma de existência social, deparam-se com um atributo socialmente valorizante dentro da conjugalidade, mas no âmbito da monoparentalidade a maternidade é estigmatizada, acumulando assim ao desvio social que é o de ser-se mãe na adolescência.

A adolescente mãe encontra-se numa situação de estigmatização social devido aos efeitos negativos da maternidade adolescente e as consequências de “ser – se mãe só”, isto é, em termos sociais, esta implica por vezes o isolamento social, aliado à falta de competências escolares e profissionais, devido a um abandono precoce do sistema escolar. Estas situações levam muitas vezes estas jovens a encontrarem-se numa situação de dependência familiar e social. Nestas circunstâncias existem factores propícios à exclusão social por parte de jovem mãe.

Consequentemente, a monoparentalidade ligada a todos os problemas socio-económicos anteriormente citados, acaba por ser um factor agravante ao facto de se ser mãe adolescente. De facto, é a ausência do pai da criança que torna a possibilidade da conjugalidade difícil, reenviando a adolescente ao estatuto de mãe solteira. A norma social defende a existência de um pai para a criança, mas também para ela própria enquanto “outro significativo”.

Segundo a perspectiva da jovem, dependendo do seu contexto social e cultural, a maternidade não é considerada como um acto de desvio social e de estigmatização

¹¹ CAPUCHA, L. (1998) “Pobreza, exclusão social e marginalidades”, In Portugal, que modernidade? Org. José Manuel Leite Viegas, António Firmino da Costa, Oeiras Celta Editora.

devido à sua idade, mas é o facto de ser “mãe solteira” em termos de identidade íntima/ pessoal e estatutária que pode de alguma forma fazê-las sentir estigmatizadas. São as representações sociais negativas da monoparentalidade, associadas à pobreza, dependência pública, exclusão social e situações de risco para as crianças que fazem com que se sintam categorizadas.

2. Maternidade como forma de integração social

Existem factores sociais e certos contextos mais propícios à gravidez na adolescência, esta pode ser uma forma de existir socialmente. A problemática da maternidade precoce tem uma maior incidência em famílias desestruturadas e em meios sociais desfavorecidos.

Em termos das estruturas de socialização primária como são a família e a escola estas contribuem em grande medida para as situações de exclusão ou integração social. Actualmente, dissociação familiar é um aspecto mais vulnerável das famílias contemporâneas, decorrente muitas das vezes, da separação voluntária.

Algumas argumentações orientam-se na perspectiva de inter-relacionar a dissociação familiar com fenómenos de delinquência juvenil, atribuindo à ausência de um dos pais ou a substituição pela figura do padrasto/madrasta, seriam causas propiciadoras ao desenvolvimento de comportamentos mercedores de reprovação. Sem se aceitar totalmente a ideia do divórcio como principal causa de comportamentos de risco, factores como o desemprego, a precariedade no trabalho, associados a carências profundas e baixa escolaridade dos indivíduos, poderão estar na origem de condições de exclusão das famílias pobres que, ao invés de se reorganizarem, se desorganizam.

A escola baseada num sistema de ensino único, nem sempre tem em consideração as populações mais específicas, em que a destruturação familiar e os fracos recursos

económicos levam a um abandono escolar precoce após por vezes sucessivos insucessos.

Perante uma situação de exclusão escolar e sem perspectivas futuras a maternidade pode para algumas jovens dar uma perspectiva de existência social valorizante nos seus contextos sociais e residenciais. A adolescência é um momento de crise da identidade e pouco valorizante nos meios populares, a maternidade funciona como aquisição de uma responsabilidade da idade adulta e de transição para a mesma.

a) Maternidade precoce transição para a idade adulta

Hoje a maternidade é um assunto que ultrapassou o domínio privado, as autoridades assim como a sociedade em geral tem um olhar interrogativo sobre as capacidades de se ser mãe durante a adolescência, visto que é um período de crise da identidade pessoal. Alguns autores defendam por um lado a maternidade precoce funciona como integradora para as jovens mães sem referências e em crise identitária. “Toute cette indéfinition pendant l’adolescence des jeunes des milieux plus défavorisés, nous fait regarder la maternité précoce comme un instrument d’insertion social, puisque ces adolescentes mères, acquièrent le statut de mère, c’est devenir, sinon un adulte à part entière, au moins un être socialement reconnu” (Le Van, 1998: 15)¹².”

O contexto residencial pode influenciar significativamente a construção das identidades, assim como os modos de vidas das populações. Certos contextos sociais e territoriais estão associados a certos modos de vida, isto é, a socializações familiares anómicas, dificuldades económicas, famílias numerosas ou monoparentais, violência doméstica, qualificações escolares baixas, precaridade no emprego são os múltiplos factores que podem condicionar o percurso individual de uma adolescente.

Deste modo “ L’identité se construit dans un processus d’interaction qui évolue et se reconstruit dans le temps. La matérialisation de la vie sociale dans un espace concret

¹² LE VAN, C, (1998) « Les Grossesse à l’adolescence normes sociales, réalités vécues » L’Harmattan, 1998.

permet à cet espace de devenir un des éléments fondamentaux de la constitution des identités (Guerra, 1991: 429)¹³.” Isto vem na linha de orientação anterior que determina que certos contextos sociais e habitacionais, são mais propícios a determinados fenómenos sociais, como uma forma de reprodução social e de construção da sua identidade pessoal e social perante a comunidade em que se está inserido como é o caso das mães adolescentes.

Se associarmos determinados comportamentos a determinadas classes sociais a modos de vida, então a gravidez e a maternidade adolescente que se concentram em territórios específicos, advém como um fenómeno social e cultural em relação a esta população.

É legítimo dizer que a população de bairros sociais pode não sentir a maternidade adolescente como marginal e uma forma de exclusão social mas pelo contrário como uma forma de transição da adolescente para a idade adulta. Por sua vez esta pode ser uma forma *de integração/ inclusão social*, visto que se adquire dimensões sociais do estatuto de adulto.

Para além de que este fenómeno da maternidade adolescente é em grande parte dos casos uma reprodução familiar e social do contexto residencial, daí: “ L’idée selon laquelle les individus ne sont pas seulement des opérateurs pratiques, mais aussi des acteurs de leurs projets de vie, est également à la base de certaines utilisations du concept de genre de vie (Costa, Firmino. 1995:113)¹⁴.”

Para algumas jovens de contextos desfavorecidos onde existe uma forte componente étnica, a condição de mulher nem sempre é valorizada, e o seu papel está associado a visão tradicionalista do papel de mulher. E segundo Anália Torres “os condicionamentos de género continuam a funcionar e impõem-se à vontade dos indivíduos (Torres: 2002:587).”¹⁵ Em alguns casos as raparigas continuam a ter vidas mais circunscritas, por questões de moralidade e reputação, estão mais envolvidas nas tarefas domésticas, experienciam maiores constrangimentos, sendo pressionadas para a

¹³ GUERRA, I. (1991) “Changements urbains et modes de Vie dans la Péninsule de Setúbal, de 1974 à 1986” Thèse de Doctorat en Sciences Sociales, Université de Tours.

¹⁴ FIRMINO, COSTA da, A. (1995) “Modes de vie et action collective” in *Espace et Société* – nº79, p.107.

¹⁵ TORRES Anália (2002) “Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos” In *Análise social*, n.º 163, ICS, Lisboa.

preparação da carreira e do casamento. A autora Laura Fonseca acrescenta ainda que existe “um divisão entre esfera pública e privada (re) aparece como importante par a análise das culturas das raparigas, continuando a ser a esfera doméstica a opção principal que lhes é socialmente atribuída (Fonseca, 2001:20)¹⁶.”

Esta situação verifica-se sobretudo em culturas mais tradicionalistas, onde as regras parentais são restritivas porque elas são raparigas. Pode-se talvez aqui falar de uma forma de exclusão de género, ou de dominação masculina. Então, a maternidade é uma função respeitada para uma mulher, portanto uma forma de afirmação da sua identidade feminina de uma forma positiva num “mundo masculino”.

Do ponto de vista da maternidade na adolescência como forma de integração social, o que se destaca é que o ser-se mãe vem integrar a jovem num contexto social em que a maternidade é socialmente valorizada. Aqui, a maternidade precoce é apenas um fenómeno de reprodução social e uma forma de adquirir um novo estatuto junto do seu contexto familiar, social e residencial.

b) Integração social através do restabelecimento de laços sociais e institucionais

As instituições que têm por objectivo a inserção profissional da jovem mãe apostam na formação profissional e criam parcerias e estruturas de acolhimento para as jovens deixarem as crianças enquanto estas estão nas aulas. Beatrice afirma que a sua ida para uma instituição de acolhimento de mães lhe permitiu: “ *Pousar-me, de encontrar uma alternativa para guardar o meu filho e ir trabalhar, porque enquanto não tivesse um alojamento, nunca poderia ir trabalhar e porque enquanto não se tem um apartamento é muito difícil encontrar uma vaga numa creche ou numa ama.*”¹⁷ (Beatrice, 19 anos mãe de uma criança de 2 anos, tem 12ºano). A estabilidade que a instituição permite à jovem mãe em termos de aquisição de um alojamento, seguindo-se a possibilidade de arranjar emprego e colocar a criança na creche é o que a maior parte das jovens procuram para conseguir sair de uma situação de instabilidade financeira e emocional.

¹⁶ FONSECA, L. (2001) “ Culturas Juvenis, Percursos femininos” experiências e subjectividades na educação de raparigas, Celta Editora, Oeiras.

¹⁷ Citação original em francês.

Desde logo o acolhimento institucional leva ao restabelecimento de um conjunto de condições estruturais que permitem a reinserção social.

As jovens aquando da sua institucionalização são apoiadas através da concessão de condições objectivas que lhes permitem uma possível forma de integração social, que de outra forma não seria possível. Outras formas de apoio são consideradas significativas pelas jovens quando estas adquirem uma nova identidade social que é a de ser mãe e que nem sempre estão preparadas e informadas de como lidarem com esse papel. Como explica Beatrice: “*devido ao facto que hajam aqui monitores, assistentes sociais e isso tudo, isso para as jovens mães, é verdade que eu tenho muito conselhos da minha mãe e de amigos, mas aqui eu vi as jovens mães terem o filho que não sabiam o que fazer, não sabiam dar de mamar aos seus filhos e ficavam angustiadas logo que o bebé começava a chorar. Eu penso que o facto de haver alguém dia e noite é muito reconfortante.*”¹⁸ (Beatrice, 19 anos mãe de uma criança de 2 anos, tem 12ºano) O apoio institucional não se limita exclusivamente ao estabelecer contactos com o mundo exterior, mas passa também por uma valorização e aprendizagem do seu novo papel de mãe. Deste modo a jovem adquire as competências necessárias para exercer o seu novo papel. O enquadramento institucional aqui tem uma função de reconforto, de apoio emocional que noutra local a jovem poderia não ter.

Portanto, a integração social através da aquisição de competências pessoais pode sobrepor-se à da possível integração profissional. Neste caso a integração social passa pelo acolhimento institucional que permite criar laços com os técnicos e apreender a criar laços sociais. Quando estão criadas condições para o abandono de carreiras marginais, o passo que segue é a reinserção social e profissional.

A possibilidade de voltar a estudar é uma forma destas jovens que tinha abandonado o sistema escolar voltar a criar laços institucionais e adquirir outro estatuto: o de estudante e jovem. No momento da gravidez Isbela explica “*Tive que sair de casa para vir para esta instituição, tive que voltar a estudar porque se eu ia continuar sem estudar, sem futuro, sem um emprego, não ia conseguir nada.*” (Isbela 19 anos mãe de uma criança de dois anos, tem o 9 ano) Através da institucionalização esta jovem conseguiu voltar a

¹⁸ Citação original em francês.

ter uma vida de adolescente, indo à escola e adquirir uma formação, apesar da sua maternidade.

Se numa primeira fase a instituição tem por objectivo ensinar a jovem a aprendizagem do seu novo papel de mãe, posteriormente o que se privilegia é a aquisição de competências escolares e profissionais. *“Eu vim para aqui no máximo 4 meses até ela ficar assim grandinha, até eu poder cuidar dela. Porque a minha intenção não era vir para aqui e ficar aqui, anos, ou 1 ou 2 anos, a minha intenção era mesmo a de ir embora. (...). Tou a conseguir estudar ela já está grandinha e tenho as minhas coisinhas”* (Isbela 19 anos mãe de uma criança de dois anos, tem o 9ºano). Esta instituição como grande parte das instituições de cariz social visa a integração futura da jovem. Esta mãe encara o facto de volta a estudar como uma mais valia e uma forma de reintegrar o sistema social e assim a possibilidade de projectar uma via profissional.

A criança é a grande impulsionadora de um projecto escolar e profissional, dado que o novo papel de mãe implica na jovem a responsabilidade e a estabilidade para a criança que no seu entender passa por uma boa situação profissional. Como afirma Beatrice: *“Hoje digo-me a mim mesma que tenho uma criança e que lhe devo dar segurança, portanto, preciso de um diploma, e então vou passar o meu diploma de profissional, por enquanto agrada-me. Apesar de tudo agrada-me, porque as aulas decorrem de forma muito diferente da lógica escolar.”*¹⁹ (Beatrice, 19 anos mãe de uma criança de 2 anos, tem 12ºano) Neste caso a jovem encontra-se numa instituição onde conseguiu uma formação profissional com uma alternância no contexto escolar e profissional, pelo facto da instituição tomar a seu cargo a guarda da criança.

Algumas jovens associam à responsabilidade de ser mãe a de ter um trabalho para sustentar os seus filhos e que leva a uma dupla responsabilidade, digamos que uma implica a outra como explica a Rosa: *“Desde que tive as minhas filhas. Eu antes não ligava ao trabalho. Tinha trabalho, trabalhava uma semana, duas semanas tinha o meu dinheiro. E agora não, tenho que trabalhar porque tenho duas filhas e penso se não for eu a dar ninguém dá. Eu já passei muita coisa e digo sempre, digo sempre as coisas que eu passei, bem tenho que fazer um esforço para trabalhar. Mesmo se eu tiver com*

¹⁹ Citação original em francês.

preguiça, ou esteja doente, digo tenho mais duas pessoas que dependem de mim.”(Rosa 21 anos duas crianças de 4 e 2 anos, tem o 6ºano de escolaridade). Neste contexto a jovem tem apenas o suporte familiar, e o trabalho como formas essenciais de subsistência, no entanto, ela sustenta a ideia de que foi a maternidade que a obrigou a entrar assiduamente no mercado de trabalho, por isso podemos considerar isso como uma forma de integração social.

A integração social passa não só pela aquisição de um emprego mas também pelo restabelecer laços sociais e institucionais. No caso específico das mães adolescentes a criança é a ponte que permite em certos caso criar laços com instituições de solidariedade social e também com a família quando existiam situações de ruptura.

c) Ajuda institucional uma forma de independência social

A independência social pode ou poderá manifestar-se através das ajudas materiais e/ou simbólicas. Portanto, nesta lógica está-se num processo de acréscimo de apoios sociais e pessoais O recurso a instituições de apoio à maternidade, provavelmente será outro elemento em que as jovens se sentem apoiadas a existirem como mães e indivíduos socialmente reconhecidos.

Certas situações de maternidade precoce podem eventualmente conduzir a um aumento dos capitais económico ligados ao exercício da parentalidade, como no caso da aquisição de rendimentos sociais, tais como API – (Allocations Parents Isolés, no contexto francês), mas também o abono de família e o rendimento mínimo para as jovens com 18 anos, no contexto português.

O acolhimento numa instituição social representa uma outra forma de obter capitais quer materiais, quer simbólicos, isto é, aquando da ruptura familiar, ou por falta de condições de acolhimento da família. Estas jovens ao integrarem uma instituição conseguem oportunidades de varia ordem²⁰. A valorização da identidade estatutária faz-se também através de um reconhecimento monetário e social, junto de instituições sociais.

²⁰ As instituições de acolhimento oferecem a possibilidade de as jovens adquirirem uma formação profissional, para as mais jovens continuar na escola, isto enquanto a instituição encarrega-se de guardar os seus filhos para que elas continuem a ser jovens e mães.

Como explica Emmanuelle “ *eu é que pedi para vir para esta instituição, podia ter ficado em casa dos meus pais mas eu não quis. Aqui tenho o meu “studio”, recebo um subsídio²¹, mas eu queria tornar-me independente, pagar as minhas contas, ter a minha casa e aqui estou a conseguir fazer isso. Se tivesse ficado em casa dos meus pais era uma mãe adolescente*” (Emmanuelle, 18 anos mãe de bebé de 4 meses, tem o 12ºano) Ela determina que aquisição de um alojamento, e de um rendimento monetário devido à sua maternidade permitiu-lhe adquirir uma autonomia e independência em relação aos seus pais.

Deste ponto de vista a maternidade não só permitiu uma autonomização da jovem como indivíduo através da aquisição de capitais materiais, mas também de capitais simbólicos, o ter a sua própria casa mesmo que dentro de uma instituição²², isto faz com que se sinta que integrou o mundo adulto e isso representa uma valorização pessoal. Do mesmo modo ela passa a ter contacto com as instituições sociais de apoio às mães sós e adolescentes o que permite a criação de laços institucionais que favorecem a aquisição de competências e a integração social.

A valorização pessoal e a sua integração social pode passar pela aquisição de uma independência residencial, como explica Beatrice: “*Com as ajudas sociais que me davam nunca seria possível arranjar um alojamento social, alugar uma casa a um particular estava fora de questão. Eu não conseguiria pagar. Eu estava mesmo a precisar de ser apoiada por uma instituição durante algum tempo, estava a precisar de um acompanhamento.*”²³ (Beatrice, 19 anos mãe de uma criança de 2 anos, tem 12ºano). As instituições de solidariedade social tomam uma forma de apoio social muito mais relevante em termos de suporte moral e psicológico muito mais significativo do que os simples apoios económicos. A integração social passa por o reconstruir de si mesmo enquanto indivíduo socialmente aceite. E o olhar que estas instituições têm é significativamente estruturante dando confiança ao actor social para estabelecer um futuro projecto de vida. A integração social também passa pela automização e

²¹ API (Allocations Parents Isolés) dado no contexto francês às mães sós.

²² Esta jovem encontra-se num Centre Maternel onde têm vários studio independentes para as mulheres que são acolhidas na instituição.

²³ Citação original em francês.

independência da jovem, mesmo que seja relativa dado que inicialmente são dependentes das ajudas institucionais.

A entrada numa instituição permite adquirir uma segurança de que se podem adquirir outras regalias sociais. Beatrice: « *Eu digo-me se eu pude ter esta vaga aqui, também posso conseguir um alojamento social bastante rapidamente, porque eu sei que aqui eu posso fazer pedidos que não poderia fazer só por mim sozinha e é mais seguro eles vão me ajudar. Eles vão me ajudar e não preciso de esperara 5 a 6 anos.* »²⁴ (Beatrice, 19 anos mãe de uma criança de 2 anos, tem 12ºano). A aquisição de capitais financeiros e simbólicos só são possíveis através da ajuda institucional e a jovem reconhece que é após essa aquisição que lhe permite a sua reinserção social.

Contudo, existem certas condições estruturais que levam a pensar que a jovem mãe pode adquirir uma forma de integração social na sociedade devido ao seu novo papel de mãe associado à idade adulta e a uma função social. As adolescentes mães têm agora um papel exercido pelos adultos, o da parentalidade, este permite de alguma forma integrá-las socialmente no seu papel maternal valorizado-as socialmente e permitindo-lhes obter competências quer sociais, quer em certos casos profissionais.

²⁴ Citação original em francês.

Conclusão

Sendo a exclusão social um processo biográfico que atinge temporariamente ou de forma definitiva os indivíduos, no caso das mães adolescentes a entrada num processo de exclusão social pode ser anterior à própria maternidade e esta só vem agravar a situação. A maternidade vem criar situações de ruptura de laços socio-familiares, em que a jovem perde contacto com a família, assim como com os agentes de socialização.

As fracas qualificações escolares e profissionais e a sua categoria de jovem mãe, vêm dificultar a sua entrada no mercado de trabalho. Do mesmo modo, a maternidade é concebida no interior de um casal e grande parte das mães adolescentes vivem numa situação de monoparentalidade. Esta mesma agrava a sua situação, visto que à monoparentalidade é socialmente estigmatizante.

Numa perspectiva da inclusão social a maternidade em determinados contextos sociais e residenciais vem permitir adquirir um atributo da idade adulta e uma valorização social e pessoal no meio no seu meio social. A maternidade precoce pode ainda permitir restabelecer laços sociais e institucionais que permitem à jovem mãe adquirir capitais simbólicos e financeiros.

As ajudas e apoios institucionais através da concessão de capitais económicos e simbólicos permite a aquisição de uma autonomia e independência por parte da jovem mãe.

A situação de exclusão ou integração social depende em grande medida do processo biográfico, dado que o que inicialmente é uma situação semelhante para as jovens adolescentes que é a da maternidade precoce tem efeitos distintos consoante os apoios que elas conseguem mobilizar e a aquisição de diferentes capitais, ou “handicaps”.